

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

GERANILDES MEDEIROS DOS SANTOS

**CONSTRUINDO CRENÇAS
Metáforas de uma Feminilidade**

Brasília

2018

GERANILDES MEDEIROS DOS SANTOS

CONSTRUINDO CRENÇAS: Metáforas de uma Feminilidade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharela em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento

Brasília

2018

GERANILDES MEDEIROS DOS SANTOS

CONSTRUINDO CRENÇAS: Metáforas de uma Feminilidade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharela em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wanderson Flôr do Nascimento (Orientador)

Prof. Dra. Ana Míriam Wuensch

Às mulheres que me construíram.

AGRADECIMENTOS

Estando o racional sempre enfatizado dentro do contexto filosófico, parece incongruente começar agradecendo a Ele, Deus. Mas eu não poderia me furtar de fazê-lo. Não seria verdadeiro para mim.

À minha família: Geraldo Medeiros, meu pai, exemplo de honradez. Ivanilde Maria, minha mãe, com carinho. Geraneide Medeiros, minha irmã. Elvira Medeiros, minha irmã. Gisele Medeiros, minha irmã. Isabela Goulart, minha eterna nora. Lucas, Bárbara e Danton, meus sobrinhos. Meus cunhados, Alberto e Paulo. Marcus Vinícius, meu único filho, por quem fiz e faria tudo outra vez. E, ao maior presente que a vida me deu, meu neto Joaquim.

Aos meus Professores: Alexandre Hahn – Por sua seriedade. Ana Míriam Wuensch – Por sua amplitude. Cíntia Caldeira da Silva – Pela LIBRAS: Inclusão social. David Bretanha Junker – Pela calmaria proporcionada pela música. Edson Dias Carvalho – Por mais música em minha vida acadêmica. Elaine Moreira – Pela leveza indígena. Emerson Carlos Valcarenghi – Por, apesar de tudo, ter-me dado novo ânimo para seguir. Erick Calheiros de Lima – Por sua força no momento mais difícil. Eros Moreira de Carvalho – Por meu início. Gérson Brea – Por, apesar de tudo, ter-me dado novo ânimo para seguir. Gilson Sobral – Por quase ter-me feito odiar ler! Guy Hamelin – Por sua disciplina. Hilan Nissior Bensusan – Por sua santa loucura. Julio Ramón Cabrera Alvarez – Por sua meiguice às avessas. Leonardo Alves dos Santos – Pela Antropologia. Lígia Pavan Baptista – Por sua amizade. Loraine de Fátima Oliveira – Por Platão! Márcio Gimenes de Paula – Por meu início. Nelson Gonçalves Gomes – Por seu espírito longevo. Niels Søndergaard – Pelo foco. Paulo César Coelho Abrantes – Por me fazer insistir. Pedro Ergnaldo Gontijo – Pelos longos debates filosófico-políticos, nem sempre consensuais. Priscila Rossinetti Rufinoni – Por ter-me aceito e eu nem vi. Rodrigo de Souza Dantas Mendonça Pinto – Pelos “excessos”. Rodrigo de Alvarenga Freire – Pela Lógica vencida! Samuel José Simon – Pela compreensão. Scott Randall Paine – Pela compreensão. Wanderson Flor Nascimento – Pela singeleza. Wilton Barroso Filho – Pela poesia.

Aos amigos feitos pelo caminho e que nunca me deixaram vacilar: Aline Matos e sua negritude plena. Ana Clara. Ana Luísa Martins. Ana Paes. Bruna Silva. Bruno Torres. Celimar Meneses. Damares Bastos. David Almeida: meu bom. Dayane Souza. Débora Ciampi. Denise Leão. Elias Dourado. Elmar Coelho. Emma Oropeza. Emília Lôbo. Evaldo Pereira. Evandro Gomes. Felipe Santana. Francinete Leão. Giovana Buna. Guilherme Camargo. Hilquias Nascimento. Igor França. Jéssica Arrelaro. Jéssica Franco. Jiwago Miranda (*in memoriam*). Jorge Avelino. Karen

Alves. Kathya Fernandes. Kelvlin Medeiros. Kleyta Bermúdez. Laís Olinda. Lauro Rocha, por “aliviar” a carga. Lennon Noleto. Letícia Souza. Lindka. Loryne Viana. Lorrayne Colares. Lucas Martins. Lueide Moura. Lúcio Júnior. Luísa Jaccoud. Manuela Muguruza. Mariana Ribeiro. Mariana Sbervelheri. Manuele Cruz. Marley Medeiros. Marrise. Maria Helena. Maria Inez. Matheus de Castro. Otávio Maciel. Paula Goulart. Patrícia Valero. Paula. Pedro Gomes. Pedro Martins. Pedro Soares. Renato Lins. Rennan Souza. Rodrigo Costa. Rodrigo Nova e a força no momento difícil. Rômulo Fontinelle. Rômulo Ataides. Ruth Mendes. Sidy Santos. Silvana Guimaraes. Thays Helleny. Thiago Moraes. Tiago Andrade. Tiago Barros. Tina Nort. Waldir Silvestre.

Aos colegas da Secretaria de Segurança Pública, que aguentaram minhas inconstâncias e choros: Adael Aredes. Allan Kássio. Ângela Souza. Carlos Augusto Monteiro. Carlos Dias. Célio Dutra. Clodoaldo Rangel. Eduardo Coelho. Daiene Pinheiro. Eliane Campos, a Neném, pelo zelo de mãe. Giulieny Matos. Hernany Bueno. Jailson Ferreira. Jaqueline Rodrigues. José Maria. Julia Sakamoto. Laís Félix. Leidiane Parente. Marcelo Durante. Maria Alice. Marina Paz. Mario Silva. Maria Emília. Maxwell Viana. Natália Nascimento. Paulo Rios. Regimar Faria. Renata Emerik. Renato Régis. Ricardo Lacerda. Roberto Fernandes. Robson Sales. Romário Roma. Rosana Camargo. Sandro Marinho. Sandro Santana. Sandro Sousa. Sebastião Silva. Simone Borges. Túlio Barbosa. Vera Lúcia Lima. Vínnie Nasser.

“Hipócrita, tira primeiro a trave do teu olho, e então cuidarás em tirar o argueiro do olho do teu irmão”.

Mateus (7:5)

“A crença forte prova apenas a sua força, não a verdade daquilo em que se crê”.

Friedrich Nietzsche

RESUMO

Partindo do pressuposto de que um sem-número de crenças são capazes de nos oferecer uma gama infinita de nuances sobre uma determinada verdade, o intuito aqui será o de procurar compreender por qual motivo as crenças de homens foram capazes de levar à sujeição mulheres – entre tantas outras minorias – e ainda tentar entender em que momento fomos condicionadas a aceitar como algo natural essa situação de “sexo frágil”, “dócil” e “incapaz”. Para tanto, será necessária uma incursão por alguns dicionários de Filosofia, tencionando traçar um caminho que nos leve ao nosso propósito, qual seja – algo que respalte o entendimento acerca da verdade construída através do consenso mútuo. As pensadoras e pensadores aqui elencados nos trazem subsídios valorosos, dando pistas de como cada “tijolo” vai sendo alicerçado, nessas construções chamadas crenças. Tentaremos analisar ainda, do que se trata a tão propalada questão da condição feminina, tendo como base a célebre frase de Simone de Beauvoir, acerca do “não ser, mas, do tornar-se”, que ganha ressonância mundo à fora, trazendo em seu bojo, Pensadoras como Nísia Floresta que, muito antes de nossa francesa, já apontava para essa perspectiva. A evidência do “tornar-se”, está intimamente ligada ao que discursos externos são capazes de construir, nos “lapidando”, na tentativa de nos atribuir uma essência que, supostamente possuímos, onde tais expressões apenas sinalizam metáforas, conforme Nietzsche nos alertou.

Palavras-chave: crença; verdade; feminilidade; consenso; essência.

RESUMEN

Partiendo del supuesto de que um sinnúmero de creencias son capaces de ofrecernos una gama infinita de matices sobre una determinada verdad, el objetivo aquí será el de procurar comprender por qué las creencias de los hombres fueron capaces de llevar a la inclusión mujeres – entre tantas otras minorías – y aún intentar entender en qué momento fuimos condicionadas a aceptar como algo natural esa situación de “sexo débil”, “dócil” e “incapaz”. Para ello, será necesaria una incursión por algunos diccionarios de Filosofia, com la intención de trazar um camino que nos lleve a nuestro propósito, cual sea – algo que respalde el entendimiento acerca de la verdad edificada a través del consenso mutuo. Las pensadoras y pensadores aquí enumerados nos brindan aportaciones valiosas, dando pista del orden de cada “ladrillo”. Intentaremos analizar aún, de lo que se trata la tan divulgada cuestión de la condición femenina, teniendo como base la célebre frase de Simone de Beauvoir, acerca del “no ser, pero, de convertirse en”. Que gana resonancia mundial, aropando, pensadoras como Nísia Floresta que, mucho antes de nuestra francesa, ya apuntaba hacia esa perspectiva. La evidencia del “tornarse”, está íntimamente ligada a lo que discursos externos son capaces de construir, “lapidandonos”, en el intento de atribuirnos uma esencia que, supuestamente poseemos, donde tales expresiones sólo señalan metáforas, como Nietzsche nos alertó.

Palabras clave: creencia; verdade; femineidad; consenso; esencia.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. TEORIAS DA VERDADE:	
Dois ou três entendimentos sobre o conceito de verdade	15
3. A “CONSTRUÇÃO” DE UMA VERDADE:	
Verdade, arquitetura de muitas crenças?	19
4. O FEMININO E A VERDADE:	
Aquela que trouxe o caos	23
5. “CONSTRUINDO”	
O FEMINISMO:	
A essência do feminino	29
6. (IN)CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	38

1. INTRODUÇÃO

Gostaríamos de refletir sobre um questionamento de Michael Foucault acerca do poder. Foucault (1998, p.8) pergunta: “Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido?” É quase certo que não. Parece que todo aquele que exerce algum tipo de poder sobre o outro, o faz sob um halo de convencimento quase inconteste. Assim, quando estamos convictos acerca de algo e encontramos respaldo em outros sujeitos com a mesma convicção, essa crença, além de causas subjetivas, tem princípios objetivos. Kant, na *Crítica da razão pura*¹, já falava sobre essa questão:

A crença (o considerar algo verdadeiro) é um fato do nosso entendimento que pode reposar sobre princípios objetivos, mas que também exige causas subjetivas no espírito do que julga. Quando é válida para todos aqueles que sejam dotados de razão, o seu princípio é objetivamente suficiente e a crença chama-se então convicção. Se tem o seu princípio apenas na natureza particular do sujeito designa-se por persuasão. (KrV, A820/B848).

Isso posto, percebemos que um dos entendimentos acerca do conceito de verdade, quando falamos de crenças, se refere à compreensão uníssona sobre determinada questão. Ou seja, aquilo que se torna consenso fica compreendido como uma verdade, como o são determinadas regras morais aceitas por uma sociedade. Aliás, muitos dicionaristas apresentam essa noção de verdade, entre tantas outras, conforme apresentaremos no primeiro capítulo. E será justamente neste contexto que procuraremos demonstrar o quanto certos fatores sociais são construídos a partir de entendimentos comungados.

Segundo Kant, quando estamos persuadidos acerca de algo, o que existe é uma crença incutida num único sujeito, onde a aparência de objetividade reside somente naquele que a comprehende como tal, grosso modo, não se fazendo senso comum. Diz ainda Kant, que “Não posso afirmar, isto é, exprimir como juízo necessariamente válido para todos, senão o que gera a convicção. Posso manter-me na persuasão, se nela me sentir bem, mas não posso nem devo querer torná-lo válida fora de mim” (KrV, A822/B850). Ou seja, àquilo que apenas em mim reflete algo que comprehendo como líquido e certo, não posso querer como uma verdade. Porém, quando minha crença encontra compreensões parecidas a de outros sujeitos, convicções que se comungam, podemos considerar que ali haja uma verdade estabelecida.

¹ KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. Doravante designado por “KrV”, seguido pela paginação padrão internacional da academia.

Dessa forma, podemos pensar num contexto, talvez iniciado nos primórdios da história humana, em que homens, convictos de nossa fragilidade, viam em nós mulheres seres tão desprotegidos que o mundo cá fora seria inóspito demais e os desafios poderiam ser intransponíveis. Talvez, por sermos aquelas que, ao parir, ficávamos mais tempo à disposição de nossas crias e nos mostrávamos mais aptas às coisas “do lar”, nos deixamos convencer por esta “verdade”. Já o homem teria mais chance de arrebatara caça, de se desvencilhar dos perigos, de proteger a si e aos companheiros, talvez por conta de sua força física. Será que, naquele momento, ambos percebemos em qual situação nos sentíamos mais à vontade: cuidando do lar ou indo à caça? Convivendo com os filhos e os afazeres domésticos ou labutando para trazer o sustento da família?

O fato é que, desde que nos entendemos por “gente”, a percepção que alguns ainda têm dos ditos papéis feminino e masculino parece estar muito bem definida. Aquilo que “fica bem” para *um*, não é tão apropriado para a *outra*.

Entretanto, muitos parecem ter conseguindo rever essas posturas fechadas e tão bem guardadas em seus escaninhos. Temas que antes eram tidos como verdadeiros tabus vêm à baila cada vez com maior abertura e sem rodeios. As discussões aparecem de vários lugares, em vários tons: desde os mais apaziguadores aos mais fundamentalistas.

A questão do papel da mulher no mundo moderno, tanto dentro do lar quanto nos mais variados ramos profissionais – sem falar do tão “obscuro” tema acerca do sexo – parece cada vez mais polemizador. E isto é muito bom. É salutar. Pois, na polêmica, podemos tentar chegar a muitas respostas. Ou, ao menos, a muitas reflexões produtivas.

Séculos de sujeição precisariam ser contextualizados para que, talvez, pudéssemos entender em que momento de nossas vidas, as crenças de mulheres e homens nos colocaram cada qual em seu “devido” lugar.

Que crenças são essas que podem impingir ao outro – mais do que o próprio entendimento e visão de mundo, deste, tanta subordinação e aquiescência? Como verdades podem ser construídas a partir de entendimentos recíprocos entre pares (entenda-se *homens*), com o fito de angariar para si a posse, guarda e tutela daquelas outras (entenda-se *mujeres*) que também sentem, pensam, constroem e realizam?

Talvez não tenhamos (ou consigamos) de pronto uma resposta ou respostas. Mas, tentar entender como tudo se desenrolou até os dias atuais, possa nos dar algum subsídio para buscar uma forma mais equilibrada de convivência, para uma melhor compreensão dessas diferentes formas de pensar e de ver as coisas que nos cercam.

Voltando à pergunta de Foucault, mesmo que o poder exerça de forma repressiva o seu papel dentro de uma sociedade, é preciso muito mais que imposição e tortura para que se faça obedecer. Pois sabemos que há “poderes” que se mantêm por muito tempo. Tentar descobrir seu cerne poderá nos dar um bom motivo para muita reflexão. O poder parece exercer-se muito mais por convicções consensuais, que propriamente pela simples repressão e vigília.

Ao analisar esse “embate”, não falemos de mulher na segunda pessoa, como bem enfatizou Simone de Beauvoir *n’O segundo sexo*, ao perceber que “as mulheres [...] não dizem ‘nós’. Os homens dizem ‘as mulheres’ e elas usam essas palavras para se designarem a si mesmas: mas não se põem autenticamente como Sujeito” (BEAUVORI, 2009, p.19-20).

Se não produzimos uma história escrita por nós próprias, porquanto tudo o que temos nos foi “presenteado” por eles, podemos refletir sobre essas questões como Beauvoir nos apontou. Não nos opomos ao homem, como um grupo coeso, por não termos um passado, uma história ou uma religião própria. Beauvoir afirma que as mulheres

Vivem dispersas entre os homens, ligadas pelo habitar, pelo trabalho, pelos interesses econômicos, pela condição social a certos homens – pai ou marido – mais estreitamente do que a outras mulheres. Burguesas são solidárias dos burgueses e não das mulheres proletárias; brancas, dos homens brancos e não das mulheres negras. O proletariado poderia propor-se o trucidamento da classe dirigente; um judeu, um negro fanático, poderiam sonha com possuir o segredo da bomba atômica e constituir uma humanidade inteiramente judaica ou inteiramente negra: mas mesmo em sonho a mulher não pode exterminar os homens. O laço que une a seus opressores não é comparável a nenhum outro (*Ibid.*, p.20).

Acreditamos que Simone de Beauvoir esteja nos fazendo um convite para um refletir sobre nossas ações e nossos discursos, buscando uma coesão de fato. Um entendimento concreto. Não seria meramente uma questão de desunião, mas de maior entendimento daquilo que realmente nos importa e de fazer valer, por nossos próprios méritos, as conquistas alcançadas.

Partindo do pressuposto de que um sem-número de crenças são capazes de nos dar uma gama infinita de nuances sobre uma determinada verdade, o intuito aqui será o de procurar entender por qual motivo as crenças de homens foram capazes de levar à sujeição mulheres – entre tantas outras minorias – e ainda tentar entender em que momento fomos condicionadas a aceitar como algo natural essa situação de “sexo frágil”, “dócil” e “incapaz”. Entretanto, queremos que essas respostas, se elas vierem, sejam providenciadas por nós como protagonistas da história. A função de coadjuvante não nos interessa mais.

Iniciaremos nosso processo buscando por alguns entendimentos acerca do conceito de verdade. Faremos uma pequena incursão em alguns dicionários de Filosofia, procurando por informações que nos encaminhe ao sentido apontado por Immanuel Kant acerca do conceito de *convicção*.

Num segundo movimento, procuraremos analisar o conceito de convicção, o qual reverbera de maneira interessante sobre a pesquisa aqui levantada, uma vez que todo o processo poderá dar à crença a condição de verdade que se deseja alcançar, conforme uma análise em Aristóteles e suas ponderações ao que chamou de *silogismo dialético*. Onde, desde que aquela seja respaldada por outros pensantes, que compreendam o mundo em volta de si de uma maneira particularmente parecida, tornará suas proposições passíveis de se crer – se não por todos, ao menos pela maioria daqueles.

O capítulo seguinte investiga essa tal condição feminina e masculina de que tantos falam e a socialização em que cada qual se vê inserido, respaldado pela celebre frase de Simone de Beauvoir, onde ninguém é, mas torna-se.

E, por fim, no último capítulo, vamos refletir sobre os discursos e suas construções. Tentaremos mostrar, enfim, que tudo o que somos, são tão somente criações externas, muitas vezes aleatórias à nossa própria vontade, impingidas a nós, mulheres e homens, de maneira a repetir velhos padrões. Neste sentido, toda e qualquer mudança não será recebida, em sua grande parte, com tranquilidade. Pontuando com bastante ênfase que, a condição da mulher, há tempos, denota opressão, submissão e constrangimento.

2. TEORIAS DA VERDADE: Dois ou três entendimentos sobre o conceito de verdade

Os homens costumam, sempre que reconhecem alguma semelhança entre duas coisas, avaliar ambas, mesmo naquilo em que são diversas, mediante o que reconheceram numa delas como verdadeiro.

René Descartes

O que é a verdade? Será que existe uma definição que responda, com segurança, a este questionamento? Vários Filósofos enveredaram por esta seara, a título de esmiuçar o tema e suas várias possibilidades. Aqui trazemos alguns conceitos, retirando de seus autores aquelas “respostas” que possam nos levar ao intuito buscado, ou seja, mostrar que uma das significações presente na conceitualização do tema de nosso estudo, também tem a ver com o entendimento de que uma crença comungada por um determinado grupo pode ser entendida como uma verdade.

Na busca pela definição do conceito de verdade, os dicionários de Filosofia estabelecem diversas interpretações sobre o tema. Isto mostra o quanto o assunto é de extrema complexidade. Afinal, não existe uma única concepção que o abarque de forma completa e pontual.

Ferrater Mora indica que a verdade pode ser concebida como uma proposição com sentidos inversos: verdadeiro ou falso, porque, algo que é verdadeiro não será falso. E ainda, num sentido de informar sobre uma realidade, sobre algo que não seja aparente, primeiro entendimento dos antigos gregos. Para estes, a verdade é aquilo que é. Aquilo que é *real*. Mora ainda percebe a dificuldade de se fazer uma distinção entre um e outro sentido, uma vez que “uma proposição verdadeira refere-se a uma realidade e de uma realidade diz-se que é verdadeira” (FERRATER MORA, 1978, p.291). Provavelmente, tal dificuldade se deva ao fato de que, para que se descreva um ocorrido qualquer, é necessário que alguém promova um discurso explicando, apontando e enumerando os acontecimentos. Ocorre que, do ponto de vista de cada sujeito, as narrativas terão nuances muito pouco parecidas. As chamadas conformidades com o real serão estabelecidas por quem as presenciou.

Mora afirma ainda que a verdade concebida como sendo uma correspondência daquilo que percebemos à nossa volta, o que seria a realidade, é aquela que se adequa à coisa mesma, a chamada verdade lógica. Há ainda, a percepção que reside subjetivamente, ou seja, está no intelecto daquele que observa, permanecendo sob uma análise reflexiva, que podemos entender

como um oposto à verdade lógica, justamente por manter-se alojada à mente do espectador. A essa análise reflexiva, entendemos como a verdade metafísica.

Mas a verdade pode ser entendida como a conformidade da mente com a coisa, ou adequação da mente com a coisa. Este tipo de verdade chamou-se verdade lógica. Uma vez que esta pode ser entendida ou como conhecimento ou como união do juízo com o julgado, distinguiu-se entre uma verdade gnoseológica e uma propriamente lógica. A verdade transcendental é o verdadeiro como realidade: a verdade gnoseológica é a verdade enquanto se encontra no intelecto; a verdade lógica é a verdade enquanto adequação do enunciado com a coisa; a verdade que pode chamar-se nominal é a conformidade de um signo com outro (MORA; FERRATER, 1978, p.292).

Japiassú e Marcondes (2001) têm uma explicação idêntica acerca da adequação entre os sentidos e aquilo que percebemos, podendo ser descrita como a conformidade esplanada por Mora. O detalhe extra, é que tal adequação precisa ser acordada entre um núcleo de pessoas e que, aceito por estas, passa a ter respaldo de coisa verdadeira.

Segundo a teoria consensual, a verdade não se estabelece a partir da correspondência entre o juízo e o real, mas resulta, antes, do consenso ou do acordo entre os indivíduos de uma determinada comunidade ou cultura quanto ao que consideram aceitável ou justificável em sua maneira de encarar o real (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p.187).

Assim, a verdade não teria um cunho meramente nos sentidos, mas seria algo muito mais consensual, arbitrado por determinado grupo de convivas. Segundo essa teoria, o conceito de verdade estaria muito atrelado, conforme descrito, a um sistema de crenças comuns que, acordado previamente, passa a ser percebido como coerentemente exato, real, crível, pois abarcaria os preceitos daqueles que deles se apropriaram e “apontaram” para um evento ou coisa no mundo real, não havendo motivo para se questionar tais concepções, afinal a maioria aquiesceu.

Aristóteles acredita que existam juízos que se baseiam em acordos, em consenso mútuo e que

São verdadeiras e primordiais aquelas proposições que merecem crédito, não por recurso a outras proposições, mas sim por si mesmas (...); são fundadas na opinião comum aquelas proposições que parecem credíveis a todos, ou à maioria, ou aos sábios; ou ainda, de entre estes, a todos, à maioria ou aos mais conhecedores e reputados (Tópicos I 1, 100 b8, 2007).

Ou seja, numa convenção moral, que será assumida como uma verdade junto àqueles que dela comungam, resta convencer a outros, para que sua aplicação passe a fazer sentido. Por exemplo, de que toda mulher será promíscua, quando se permite viver sua sexualidade de

maneira plena. O mesmo não ocorrendo com os homens, uma vez que estes são considerados viris, se assim agirem.

Uma verdade, ainda, pode ser assumida conforme uma experiência que se verifica na prática. À luz de Ortega y Gasset, Mora (FERRATER MORA, op. cit., p.294) pondera que “[...] o certo é que as coisas não têm por si mesmas um ser e por isso, para não se ver perdido, o homem tem de o inventar”. Mora ainda procura mostrar uma dificuldade sucinta de análise: tentar diferenciar o que é *verdade*: num sentido epistemológico e o que é *a verdade*: num sentido metafísico da questão.

Verdade, enquanto um conhecimento, mostra-se problemática, pois sua apreensão ocorre de diversas maneiras, com várias nuances e enfoques, uma vez que sua compreensão se dá entre a correspondência da coisa mesma e aquilo que dela nos apercebemos, ou seja, tentar “apontar” a coisa, suas características, qualidades, atributos, como enuncia Ferrater Mora “[...] os diferentes sentidos em que pode ser entendida tal conformidade” (Ibid., p.295), como descrito acima. Nicola Abbagnano afirma que a verdade, enquanto correspondência, é a concepção mais antiga do conceito. Quando falamos sobre um fato, estamos discorrendo sobre situações, contando como estas ocorreram, informando como se sucederam. É quando adequamos nossos sentidos àquilo que nos cerca. Mais uma vez precisamos do discurso. A correspondência se caracteriza pela dispensa metafísica, quando de sua formulação, seguindo o raciocínio aristotélico onde a verdade estaria no “pensamento ou na linguagem, não no ser ou na coisa” (ABBAGNANO, 2007, p. 994).

Abbagnano ainda descreve mais quatro conceitos de verdade, por ele tidos como fundamentais. Aponta a verdade como revelação, afirmando que conhecer está ligado aos sentidos do intelecto, ou seja, a verdade se revela através da sensação que a natureza proporciona àquele que a contempla. E, citando Descartes, diz que verdadeiro é “[...] tudo o que se manifesta de modo evidente” (Ibid., p.997).

Aponta ainda, a verdade como conformidade a uma regra ou um conceito, demonstrando que, quando se formula uma lei ou uma norma e estas são aceitas pela sociedade que as recebeu, fica definido então, o pressuposto de uma verdade. Se algum fato destoar daquilo que foi acordado, será compreendido como falso.

Analizando esse entendimento do conceito de verdade, podemos intuir que as convenções sociais nas quais homens e mulheres são enredados “fabricam” verdades que podem oprimir e destituir de direitos a minorias que, talvez, não participem das mesmas compreensões. Vamos procurar trabalhar com essa noção, para tentar mostrar que discursos

bem argumentados têm o poder de convencer e construir verdades, que podem (e muitas vezes o são) ser compreendidas como universais e irrefutáveis.

Há ainda a noção de verdade compreendida como coerência, onde essa verdade não pode ser admitida (reconhecida, percebida) se houver qualquer contradição. Segundo explica Abbagnano, não seria “[...] a simples ausência de contradição; é a abolição de qualquer multiplicidade relativa e forma de harmonia que não se deixe entender nos termos do pensamento humano” (Ibid., p.998). Entretanto, a coerência nunca será absolutamente total, mas *aproximada e imperfeita*, pontua o Filósofo em sua obra.

O quarto conceito de verdade descrito por Abbagnano, a define como uma utilidade. Tendo em Nietzsche seu precursor, que entendia a verdade como aquilo que estaria para a humanidade em prol de sua preservação. Explica que a verdade é entendida como algo útil, capaz de angariar benesses ao homem e ao conhecimento deste sobre aquilo que o cerca, organizando uma ordem entre natureza e humanidade, podendo ser vista como aquilo que traz ao homem “[...] um aperfeiçoamento da vida humana no mundo” (Ibid., p.998).

Como vimos, são muitas as percepções sobre o conceito de verdade. Inclusive, Nicola Abbagnano, no início de seus comentários sobre o tema, frisa que a capacidade que temos em perceber o mundo à nossa volta ou é um *processo mental* ou é um *processo linguístico*.

E aqui, empreendemos uma pequena amostra de três Filósofos que, no intuito de jogar alguma luz sobre o tema, descrevem as diversas possibilidades na busca de se entender esse conceito. Procuraremos trabalhar com o entendimento de verdade, enquanto construções sociais consensuais, conforme descrito por Japiassú e Marcondes, quando estes elencam as diversas teorias existentes. Nesse sentido, acreditamos que a base da grande maioria de estigmas que procuram enquadrar mulheres a uma condição de subalternidade é proveniente dessas consensualidades.

3. A “CONSTRUÇÃO” DE UMA VERDADE: Verdade, arquitetura de muitas crenças?

Manda quem pode, obedece quem tem juízo.
(Ditado popular)

As convenções da linguagem procuram retratar, do modo mais aproximado possível, o mundo que nos cerca. Será mesmo? Ou muito pelo contrário? Será que aquele que discursa tem a intenção de relatar fatos ou de nos fazer crer que existam fatos a serem apontados? Verdades, como vimos, podem ser conceitualizadas de diversas maneiras, vários enfoques.

Ora, se uma verdade precisa se coadunar ao objeto do qual se descreve algo, podemos supor que muitas asserções serão empregadas. Afinal, “a coisa” será observada por um sem-número de sujeitos. Daí da impossibilidade de uma universalidade, de uma descrição que seja suficientemente ampla, que abarque sem sombras de dúvidas aquilo que pretendemos descrever, tal qual como realmente seja. Assim, convicções compartilhadas por vários sujeitos, acerca de determinada coisa, poderiam receber esse status de verdade.

Retornando a Kant, este nos apresenta o que chamou de “três graus da validade subjetiva do juízo”, descrição dada por ele à crença, relativa à convicção: opinião, fé e ciência. Primeiramente, nos fala do ato de se considerar algo como verdadeiro, ou seja, o ato de crer. Afirma existir algo de objetivo na crença, apesar da subjetividade de quem julga. E declara que, sendo a crença “válida para todos aqueles que sejam dotados de razão, o seu princípio é objetivamente suficiente e a crença chama-se então convicção. Se tem o seu princípio apenas na natureza particular do sujeito designa-se por persuasão” (KrV, A820/B848). Enfatiza ainda que a crença, enquanto um evento interno ao sujeito, tanto na convicção quanto na persuasão, não se distingue.

Àquele que é dado o dom da palavra, da oratória e da boa argumentação poderá fazer-se bastante convincente ao propor suas ideias e crenças. Quando Foucault nos faz pensar acerca da forma como o poder se estabelece, podemos imaginar quantos nomes na história mundial usaram do poder da retórica, fazendo-se convincente, para instalar suas prerrogativas de detentor de certas verdades. Segundo Foucault “Deve-se considera-lo (*o poder*) como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir” (FOUCAULT, 1998, p.8).

Nietzsche faz alguns questionamentos acerca das “convenções da linguagem”, para falar da verdade num sentido fora dos conceitos da moralidade. Pergunta se “São talvez produtos do conhecimento, do sentido de verdade: as designações e as coisas se recobrem? Então a linguagem é a expressão adequada de todas as realidades?” (NIETZSCHE, 2007, p.30). Se a palavra é a verbalização de um sentimento e o sentimento é algo subjetivo, conforme Nietzsche, daí seu interesse em saber qual a certeza que podemos ter acerca de uma proposição qualquer, como sendo verdadeira.

Acredita ainda, que na descrição de algo como uma “verdade pura e sem consequência”, não há como obtê-la através da linguagem, pois esta é somente um recurso, falível, utilizado pelo falante no intuito de manter vínculos com o mundo à sua volta. Recurso este a que chama de metáforas, o qual nos faz crer que conhecemos a verdade sobre o mundo, sobre as coisas que estão a nossa volta, mas que, certamente, não correspondem à verdade da coisa em si. O valor de verdade acerca da coisa que passa do plano do sentido para a localização de uma referência que consubstancia a coisa mesma, em Nietzsche, não há como arbitrá-lo neste sentido. Nietzsche tenta mostrar que não existe uma conexão entre o que falamos e a coisa mesma – apenas essas metáforas para serem descobertas.

Aquilo que existe no interior do discurso – e as convicções que são validadas entre os que dele se utilizam, pode mobilizar massas, fazendo com que crenças sejam tomadas como verdades, quase sem contestação ou argumentações em contrário. Mais: fazendo com que sejam perpetuadas por gerações.

Michel Foucault diz que “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade” (FOUCAULT, 1998, p.10) e este é construído e se baseia nos discursos proferidos, posteriormente aceitos como sólidos, ou seja, verdadeiros. Entretanto, Foucault procura fazer uma análise interessante acerca das atitudes que um indivíduo pode empreender, para dar à sua fala esse status de verdade. Seria uma tentativa de unir discurso e razão. Dizer a verdade, neste caso, seria *falar e fazer*. Trata-se da atitude parresiasta entre interlocutores. A condição de dizer a verdade e de fazê-lo sem receio, tanto de quem fala, quanto de quem ouve.

O jogo parresiástico foucaultiano é “a coragem da verdade naquele que fala e assume o risco de dizer, a despeito de tudo, toda a *verdade que pensa*, mas é também a coragem do interlocutor que aceita receber como verdadeira a verdade ferina que ouve” (Id., 2011, p.13). É como um acordo tácito entre aqueles que querem “jogar” o, chamemos, Jogo da Verdade. Note que o ouvinte aceitará como verdadeiro algo que poderá, até mesmo, machucá-lo. Ou seja, não são apenas palavras desprovidas de um sentido – que deverão alcançar aquele que as pronuncia e aquele que as ouve. E quem ouve, se dará por convencido. Parece que este seria o primeiro

passo para a construção da verdade. Mesmo estando “ferido de morte”, àquele para o qual o discurso é pronunciado faz sentido, ele o entende como verdadeiro. Ele se convence como verdade.

Imaginemos então, que talvez nesse jogo, a mulher estivesse convicta a manter-se sob a proteção daquele que, mais forte fisicamente, poderia dar-lhe uma vida menos incerta, proporcionando uma tranquilidade para que pudesse manter sua prole e seu lar seguros e organizados. E o homem poderia assim se manter focado nas questões mais “urgentes”, nas quais a sua biologia parecia se mostrar mais apta.

Podemos ainda analisar essa questão, através de outra ótica foucaultiana, comparativamente, segundo a qual, o discurso retórico é apenas um recurso no qual aquele que o empreende pode fazê-lo e não expor suas verdadeiras intenções. Porém, aquilo que intimamente move o falante, pode também convencer o ouvinte, produzindo “certo número de convicções, que vai induzir certo número de condutas, que vai estabelecer certo número de crenças” (Ibid., 2011, p.19). Um discurso pode vir ao encontro de convicções idênticas e, aquele que o produz, o fará sem qualquer intuito de ser fiel às suas próprias concepções, mas com a certeza de que promoverá um vínculo entre suas expectativas e o público a quem se dirige, pois deseja deste, angariar vantagens. Para Foucault essa é a motivação da retórica. O oposto da parresia, que é totalmente desprovida “de ornamento retórico que possa cifrá-la ou mascará-la”, como afirma.

Em suma, com eloquência e argumentos bem definidos, essa cadeia de indução pode ser construída e moldada nos limites daqueles que a sabem erigir. Entretanto, o discurso poderá ser conduzido de forma tal, que levará o outro a entender situações como sendo fatos indiscutíveis, “[...] pois o retórico é, ou pode perfeitamente ser, um mentor eficaz que constrange os outros. O parresiasta, ao contrário, será o dizer corajoso de uma verdade em que ele arrisca a si mesmo e sua relação com o outro” (Ibid., 2011, p.15). A verdade expressa no seu discurso chega ao interlocutor de maneira clara, estabelecendo, mesmo que à custa de um risco iminente de “fissura” na relação, um vínculo entre ambos.

Ao contrário, o retórico não deseja vínculos. Seu intuito, descrito por Foucault, é tão somente obter vantagem, angariar proveitos. Estaria assim, estabelecida a verdade, pois houve uma consensualidade entre falante e ouvinte? Aquele que argumenta, o faz no intuito de chegar a seu interlocutor e alcançá-lo, proferindo tão somente o que realmente quer expressar, o que realmente está sentindo ou, muito pelo contrário, apenas se utiliza das palavras “certas”?

As crenças que vamos construído ao longo de nossas vidas “moldam” os diversos entendimentos que percebemos ao nosso redor e, muitas vezes, nos fazem cometer os mais variados equívocos.

A relação conflituosa entre homens e mulheres, pode ter tido seu ápice quando estas perceberam que algo não se encaixava mais. Que aquelas “verdades” até ali descritas como perenes, não passaram de mera retórica. Fomos enganadas. Ludibriadas a perceber um mundo que, de fato, não se provou. Talvez, muitas de nós tenhamos sido levadas a convicções, como se nossas fossem, desde tenra idade.

4. O FEMININO E A VERDADE: Aquela que trouxe o caos

Deus perguntou: “E quem te disse que estavas nu? Então comeste da árvore, de cujo fruto te proibi de comer?” O homem respondeu: “A mulher que me deste por companheira, foi ela que me fez provar do fruto da árvore, e eu comi”. Então o Senhor Deus perguntou à mulher: “Por que fizeste isso?” E a mulher respondeu: “A serpente enganou-me, e eu comi”.

Gênesis, 3: 11-13

Roubamos a paz do Paraíso! Entretanto, fomos enganadas. “E disse o Senhor Deus à mulher: Que é isto que fizeste? E disse a mulher: A serpente me enganou, e eu comi”. Porém, Deus nos mostrou o quanto fomos pecadoras, porque, além de nos deixarmos enganar, cometemos o ilícito de enganar ao homem, que ali estava como companheiro. Assim, têm início todos os problemas do mundo. Tentaremos mostrar o quanto fomos condicionadas a acreditar na máxima bíblica de que o nosso desejo seria para o homem e que ele nos dominaria, pois no final das contas, desestruturamos a harmonia até ali existente. A percepção que nos foi insuflada é a de que devemos aceitar a nossa condição de ser frágil e, portanto, incapaz de pensar e agir por nossa vontade exclusiva. Para nossa má conduta, não houve perdão.

Desde a infância, aprendemos que há certos comportamentos inapropriados para uma menininha, posteriormente para uma mocinha e, na fase adulta, para uma “mulher de respeito”. Obviamente os homens têm seus códigos de conduta muito bem estabelecidos, também. Entretanto, a maneira como são apresentados ao mundo (ainda) parece muito mais abrangente. Existe implícito, um duro “código” que afirma: *meninos não podem se mostrar fracos e nunca devem titubear* – e isto não deixa de ser uma forma cruel de lidar com “as questões masculinas”. Homem que é homem não chora e sempre deve saber como agir em momentos problemáticos.

As meninas ficam estabelecidas outras tantas regras. Contudo, estas nos fazem crer que somos inabilitadas para a grande maioria das questões que nos cercam. E assim, podemos mostrar amiúde toda nossa “fragilidade” e deixarmos expor nossos sentimentos mais recônditos. Porque *isto é coisa de mulher*. Devemos, também, estar alertas a qualquer sinal de “desvio de conduta” de nossa parte. Afinal, uma “mulher de bem” deve agir de maneira elegante e discreta e precisa ter um linguajar adequado à sua condição de... mulher – porque, se assim não for, “corremos o risco” de não encontrarmos aquele que irá nos proteger e alimentar. Aquele

que nos encaminhará por suas mãos rumo ao um futuro que não fomos nós que determinamos como seria.

Simone de Beauvoir (2009) afirma em sua obra aqui estudada, que o destino dos pequenos infantes é uma incógnita, da qual caberá somente a *ele* desvendar, sendo que para as meninas tudo já estaria prescrito e determinado. Desde cedo sabemos (ou somos convencidas de que assim o é) que nosso futuro muito dependerá daquele que irá *nos receber* de nosso pai amantíssimo.

Se analisarmos alguns fatos, veremos que todas aquelas que foram “insurgentes”, de uma forma ou de outra acabaram *julgadas de maneira emblemática*. Exemplos não nos faltam: Hipácia de Alexandria, Filósofa, matemática e astrônoma egípcia ou Joana d’Arc, guerreira francesa, ambas mortas acusadas de bruxaria. Chiquinha Gonzaga, compositora e maestrina brasileira que, na segunda metade do Século XIX, escandalizava a sociedade carioca por agir fora dos padrões estabelecidos para uma dama.

Somos a causa e razão dos desvios de conduta do homem, o qual deverá manter-se atento, para que não venha a capitular diante de nossas ardilosas artimanhas. Se o homem tem um mau pensamento ou atitude tresloucada, certamente foi uma mulher que o provocou a fazê-lo. Citando um trecho da introdução do livro *Malleus Maleficarum* (O martelo das feiticeiras), assinada pela economista, física e editora brasileira Rose Marie Muraro:

Segundo a maioria dos antropólogos, o ser humano habita este planeta há mais de 2 milhões de anos. Nossa espécie passou mais de três quartos desse tempo nas culturas de coleta e caça aos pequenos animais. Nessas sociedades não havia necessidade de força física para a sobrevivência, e nelas as mulheres possuíam um lugar central. Ainda existem remanescentes dessas culturas em nosso tempo [...]. Nesses grupos, a mulher ainda é considerada um ser sagrado, porque é capaz de dar a vida e, portanto, ajudar a fertilidade da terra e dos animais. [...] o princípio masculino e o feminino governam juntos. Há divisão de trabalho entre os sexos, mas não há desigualdade. [...] Nas sociedades de caça aos grandes animais, que sucederam a essas mais primitivas, nas quais a força física era essencial, iniciou-se a supremacia masculina (MURARO, 2015, p,24).

Ou seja, ao que parece, a demonstração de força física foi o primeiro passo para o movimento de *divisão* entre homens e mulheres.

Voltando ao texto de Beauvoir, ela claramente afirma que nós não somos minorias, em termos quantitativos. Na tentativa de mostrar que, em alguns casos, a dominação de uma categoria sobre outra ocorre essencialmente pela desigualdade numérica. “Mas as mulheres não são, como os negros dos Estados Unidos ou judeus, uma minoria; há tantos homens quanto

mulheres na Terra” (BEAUVoir, 2009, p.19). Tanto quanto explicita Muraro, Beauvoir também enxerga, que a *alegação* biológica, seria a desculpa perfeita para explicar essa divisão.

Rose Marie Muraro nos lembra que em algumas sociedades primitivas havia, por parte do homem, uma chamada “inveja do útero”, pois ele não tinha a capacidade de procriação – tão explícita na mulher. E, com muita perspicácia, nos lembra da moderna tese freudiana da “inveja do pênis”. Muraro, segue analisando certas diferenças entre meninos e meninas, que vão se manifestando muito mais evidentes na mulher (menstruação, gravidez, aleitamento). Enquanto que, para o homem, os ritos de passagem são introduzidos de formas bem diversas, a depender da sociedade e cultura na qual estejam inseridos. Enquanto que para as mulheres a natureza dispôs certos indícios inerentes à sua “condição biológica”, ao homem restou o que Muraro chama de “poder cultural”, ou seja, a cultura na qual ele foi concebido prescreverá como a sua condição de macho deverá ser propalada aos demais do grupo. Assim, a desculpa biológica é utilizada mais uma vez.

Num outro movimento, Rose Marie argumenta que “Enquanto as sociedades eram de coleta, as mulheres mantinham uma espécie de poder” (KRAMER; SPRENGER, op. cit., p.30) e, quando essas mesmas sociedades se viram obrigadas a partir para a caça de grandes animais, “a supremacia masculina e a competitividade entre os grupos na busca de novos territórios começam a se instalar” (Ibid., p.33).

Aos poucos “a lei do mais forte” impõe e, segundo Muraro, se inicia a efetiva divisão entre os valentes e poderosos homens e as doces e delicadas mulheres. Enfim, a “biologia” de ambos parece começar a *dar as cartas*. Simone de Beauvoir e Rose Marie Muraro convergem quando afirmam que, enquanto os homens não tinham ideia de que também contribuíam para a procriação da espécie, a mulher recebia um tratamento ainda respeitoso, pois havia no imaginário daqueles, uma espécie de poder sobrenatural que envolvia a gestação, do qual eles não sabiam estar inseridos.

Com o aprendizado de certas técnicas para a agricultura e na confecção de objetos mais aprimorados, tanto para o dia a dia quanto para a guerra, as sociedades se tornam patriarcas e “já não são mais os princípios feminino e masculino que governam juntos o mundo” (Ibid., p.38).

Muito interessantemente, Muraro, nessa breve introdução, traça toda uma sistemática de ocorrências, que nos traz até o momento do advento das diversas religiões onde, a figura central é de um pai autoritário e vingativo. Mostrando um imbricamento de fatos que entronizam a figura masculina como detentora de poder, sapiência, autoridade, força e retidão de caráter. À mulher sobram a submissão e a impureza inerente à sua condição de motivadora

de todos os males desde Eva. Assim, devemos nos manter distantes, guardadas em nossos lares por nossos zelosos pais e posteriormente por nossos maridos, para se evitar a contaminação da humanidade pela luxúria da carne. O ato sexual deve ser reprimido. O prazer é um pecado imperdoável, mas apenas para a mulher.

Desfeito, segundo Muraro, o equilíbrio homem/mulher/natureza, passa a valer a imposição da dominação do mais forte sobre a mais fraca. “Daí por diante, ela será definida por sua sexualidade, e o homem, pelo seu trabalho” (Ibid., p.56). Para mostrar a nós, mulheres, o quanto somos “tolas sentimentais”, Rose Marie Muraro ainda argumenta que

O amor, a integração com o meio ambiente e com as próprias emoções são os elementos mais desestabilizadores da ordem vigente. Por isso é preciso precaver-se de todas as maneiras contra a mulher, impedi-la de interferir nos processos decisórios, fazer com que ela *introjete* uma ideologia que a convença de sua própria inferioridade em relação ao homem. (Ibid., p.64-65, grifo meu)

Percebam a sistemática do raciocínio aqui elencado. Talvez nem o próprio homem esteja certo de nossa incapacidade intelectual. Mas, argumentando à la Foucault, a retórica tem artimanhas das mais requintadas. Desta forma, com a ajuda do Cristianismo, muito fortemente, a demonização do feminino, e tudo que dele provêm, acontece e é ofertada às gerações posteriores. A lascívia e o despudor são traçados como características eminentemente femininas. Eis porque somos nós, mulheres, as detentoras de todo o mal sobre a Terra.

O homem, senhor absoluto do conhecimento e manejo de tudo o que há, viu-se até mesmo elevado à categoria de “coautor” de nossa vida, pois, segundo o Velho Testamento, foi de uma costela de Adão que a vida se fez em nós. Não fosse assim, sequer existiríamos. Porém, a chegada da mulher ao Paraíso apenas causou desgraça e conflitos, uma vez que, através de nossa capacidade de atrair e enredar o “pobre homem indefeso”, descrito na grave falta de Eva, quando esta oferta o fruto proibido, fazendo com que o mal aconteça e jamais mereçamos o perdão. E, desde então, devemos estar dispostas a nos redimir diuturnamente diante daquele a quem desviamos do bom caminho, condenadas ao “eterno sofrimento”.

A Pensadora brasileira Nísia Floresta, no início do Século XIX, apresenta em seu texto, *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, uma série de denúncias reivindicatórias acerca de práticas corriqueiras, onde mulheres viviam enclausuradas em seus lares paternos e, posteriormente, matrimoniais, com os poucos “direitos” que lhes eram reservados: prendas domésticas, boas maneiras (para as pertencentes da elite), cuidados com a prole e marido. Escrever e ler era para poucas e, mesmo assim, para aquelas que, como a própria Nísia, não se davam por vencidas.

Nós passamos por muitos séculos de extrema “penúria” social, cultural, profissional e pessoal. Nísia tem uma argumentação bastante interessante acerca de como a persuasão pode enredar os mais incautos (eis mais uma vez a tênue diferença acerca daquilo que Kant nos propunha entre persuasão e convicção), desta vez, armadilha utilizada por nós, concebendo-os supor que uma crença se fez verdade, ficando no âmbito subjetivo de suas mentes, alcançando apenas a eles próprios:

Amos ou não, eles não têm mais que dois partidos a seguir para exercer sua imaginária autoridade: ou de continuar a regular suas ordens segundo suas paixões, sem escutar a razão; e então só as mulheres desarrazoadas lhe obedecerão, porque as sensatas não lhes darão essa prerrogativa; ou de fazer falar a razão por sua boca, e então todas as mulheres de bom senso consentirão nisso, convindo mesmo que os homens se persuadam, que é por uma pura obediência que nós condescendemos com as suas vontades. Se escolherem o último partido, nós lhes deixaremos a inocente liberdade de se sentirem senhores, enquanto nos encantamos de ver tanta autoridade do lado da razão, que é a sua verdadeira base, reconheceremos que ambos os sexos têm direito de se regerem reciprocamente e alternativamente; porque se os homens têm bastante conhecimento para regular as ordens que derem às mulheres, sobre os preceitos da razão, também o terão para ceder a esses mesmos preceitos quando forem impostos pelas mulheres, sem que importe porque boca a razão se faça conhecer (FLORESTA, 2010, p.85).

A razão é motivo mais que producente, segundo a autora, para que ambos (homens e mulheres) estejamos engajados numa convivência harmoniosa. Assim, a racionalidade seria a diretriz da sensatez. Onde, mulheres e homens, ao consubstanciarem suas crenças, deveriam fazê-lo movidos pela racionalidade, prerrogativa do ser humano. Nísia ainda enfoca que quando um ou outra advoga em causa própria, torna-se merecedor(a) de suspeição. Afinal, as paixões são de difícil controle.

Assim como Simone de Beauvoir e Rose Marie Muraro, temos aqui mais uma pensadora trabalhando com a hipótese da biologia como um “agravante” nessa luta inglória que fez (e faz) um sexo se sobrepor a outro. Nísia afirma comparativamente que “Se a força do corpo, em que reconhecemos sua preeminência, é um pretexto suficiente para nos calcar aos pés, o leão tem um direito bem fundado de preeminência sobre eles e essa espécie de bruto é mais generosa que a dos homens” (Ibid., p.87). Parece que a razão fica relegada à segunda instância, quando a força meramente bruta se faz “entender”.

As poucas diferenças entre homens e mulheres, aparentemente, dizem respeito às suas características físicas mais peculiares. Como afirma Nísia, “[...] todos sabem que a diferença dos sexos só é relativa ao corpo e não existe mais que nas partes propagadoras da espécie humana” (Ibid., p.90). Num cômputo geral, temos as mesmas capacidades intelectuais. E, assim

como Simone de Beauvoir disse em sua célebre frase “ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade” (BEAUVOIR, 2009, p.361), Nísia acredita que “Toda sua diferença, pois, vem da educação, do exercício e da impressão dos objetos externos, que nos cercam nas diversas circunstâncias da vida” (FLORESTA, 2010, p.90).

Refletindo acerca desses debates, podemos concluir que o ambiente cultural onde se vive refletirá a maneira como ambos iremos nos portar. Homens e mulheres não nascem com uma predisposição para agirem como “machos” e “fêmeas”, única e exclusivamente porque a sua biologia os “projetou” desta ou daquela maneira. Mesmo porque, a biologia apenas apresenta diferenças físicas no quesito força, robustez ou vigor e, como descreveu Nísia, nas peculiaridades dos órgãos genitais, que distinguiram o corpo masculino do feminino. Traços que tão somente apontam aquele que, por exemplo, levará no ventre o feto por ambos gerado.

O que nos cerca, as condições que nos foram propiciadas, os ensinamentos aos quais fomos apresentados(as) serão essenciais para nos moldar. Um menino que for cercado por regras e conceitos que o faz crer em sua supremacia, efetivamente não terá reservas em perceber como verdade a crença que lhe foi apresentada de maneira absoluta. O mesmo ocorre com aquela menina que, desde pequena, fica condicionada a se perceber como uma criatura frágil, que precisa de um companheiro para a fazer feliz e protege-la dos perigos do mundo.

Talvez essa menina consiga se desvencilhar de tantos estigmas, porém dificilmente a jornada será fácil. Há muita água para correr por baixo dessa ponte. Simone de Beauvoir, com muita perspicácia, percebeu ainda que “[...] não é porque misteriosos instintos a destinem imediatamente à passividade, ao coquetismo, à maternidade: é porque a intervenção de outrem na vida da criança é quase original e desde seus primeiros anos sua vocação lhe é imperiosamente insuflada” (BEAUVOIR, op. cit., p.362). E, dessa forma, fomos condicionadas a assentir com essas imposições externas, praticamente sem questionamentos.

5. “CONSTRUINDO” O FEMINISMO: A essência do feminino

A verdade é que as instituições e motivações humanas são inúmeras, em todos os planos de simplicidade ou complexidade cultural, e que a atitude sensata consiste em uma maior tolerância para com as diferenças.

Ruth Benedict

Segundo Japiassú e Marcondes, essência “[...] é o homem mesmo quem produz aquilo que ele é, por sua liberdade: ele é projeto, isto é, aquilo que ele é capaz de fazer de si mesmo; nele, ‘a existência precede a essência’ (Sartre)” (JAPIASSU; MARCONDES, 2001, p.67). Já Ferrater Mora afirma que “[...] considera-se que a essência é certo predicado por meio do qual se diz o que a coisa é, ou se define a coisa” (FERRATER MORA, 1978, p.93). E Nicola Abbagnano descreve que

a essência necessária ou substância, que é a resposta [...] que enuncia o que a coisa não pode não ser e que é o porquê da coisa, como quando se diz que o homem é um animal racional, pretendendo-se dizer que o homem é homem porque é racional (2007, p.359).

Existe uma essência do feminino? O que seria a feminilidade? Estas questões, tão pertinentes, e suas respostas – se as houver – serão tratadas aqui. A intenção é buscar o que possa haver de singular no feminino, que o torna “diferente” do masculino. Mas, já vislumbrando uma pista, nossos autores nos deram o “fio da meada” a ser desenovelado.

Ainda à esteira de Simone de Beauvoir, esta observa que, segundo a visão masculina, mesmo para uma mulher emancipada e senhora de seus desejos – sejam quais forem, nós mulheres precisaríamos esquecer daquelas características artificiais que nos são impostas, ou seja, nossa feminilidade, se quisermos nos igualar ao homem. Beauvoir ainda assinala que “Recusando atributos femininos, não se adquirem atributos viris; mesmo a travestida não consegue fazer-se homem, é uma travestida” (BEAUVIOR, 2009, p. 882). Assim, essa “luta” exige muitas provações. A autora tenta mostrar que o nosso igualar, nada tem a ver com um deixar-se masculinizar. Porque, o nosso interesse maior é o de nos fazermos sujeitos de nossas ações, pois sabemos que não precisamos de tutela ou chancela do outro, para empreendermos nossos negócios.

À visão equivocada daquilo que pretensamente um homem tem acerca do que seja o poder – o que hoje chamamos de *empoderamento*, Beauvoir revela que

Se as dificuldades são mais evidentes na mulher independente é porque ela não escolheu a resignação e sim a luta. Todos os problemas vivos encontram na morte uma solução silenciosa; uma mulher que se empenha em viver é portanto mais dividida do que a que enterra sua vontade e seus desejos; mas não aceitará que lhe ofereçam esta solução como exemplo. É somente comparando-se ao homem que se julgará inferiorizada (*Ibid.*, p.886).

Mais próximas de nossos dias, a feminista estadunidense Betty Friedan, no início dos anos de 1960, insuflada pelo consumo exagerado da classe média seu país, principalmente entre as mulheres e suas “frivolidades”, apresenta um texto bastante elucidativo daqueles idos, o qual relata sobre esse sentimento ambíguo que surgiu em suas compatriotas, quando de sua saída do lar. Das crenças que foram incutidas naquela nova mulher, que a fez acreditar que estava deixando de ser mulher.

Fala sobre as lutas enfrentadas pelas primeiras mulheres a se rebelarem contra o sistema e a mística feminina, título de sua obra, de que Deus nos havia criado para sermos dóceis, obedientes e sem vontades. Descreve que, ao casarmos, nos tornávamos um: o homem.

Seu livro, como descrito na capa, inspirou a revolta das mulheres estadunidense, quando estas perceberam a armadilha em que haviam caído. A sociedade, exigindo mais consumo com menos qualidade dos bens adquiridos, tinha na figura feminina um filão perfeito. E foi assim que nós começamos a fazer o caminho inverso, ou seja, voltamos para dentro de nossos lares.

Em mais uma introdução de Rose Marie Muraro, esta escreve:

Agora, por necessidades também econômicas, mas não mais das próprias mulheres ou da sociedade e sim da grande indústria, eis que a sua atuação fora de casa é desvalorizada e ‘revalorizada’ ao máximo a sua feminilidade, a sua maternidade, como se participar na construção da sociedade fosse incompatível com a sua condição de mulher².

Aparentemente, somos uma espécie de ser mais vulnerável e assim, mais propensas às artimanhas das grandes indústrias capitalistas. Friedan percebeu essa lógica malévolas e não se fez de rogada. Afirmou categórica que o papel da mulher numa sociedade pode tanto ser libertador, como alienador. Quando se presta a repetir padrões estipulados por outros, aqueles que detêm o poder, se deixa alhear.

Em seu argumento, Friedan salienta que, ao nos permitirmos enganar, passamos a ignorar qual a verdadeira essência de nossa identidade. Quando indagadas sobre quem somos, tendemos a nos refletir no outro: “Mulher de Tom... mãe de Maria”. Ela faz essa “constatação” acerca das mulheres daquela sociedade na qual vivia. Entretanto, como pontuou Rose Marie Muraro, mesmo com décadas de atraso, a mulher brasileira também se deixou resvalar, naquilo

² MURARO, Rose Marie. *Introdução*. In: FRIEDAN, Betty. A mística feminina. Petrópolis: Vozes, 1971.

que Friedan chamou de *curva típica do ajuste feminino*, ou seja, nos “readequamos” a nossa “condição feminina”.

A mística feminina apregoava que nosso lugar sempre foi (e por isso deveríamos retornar) dentro de casa, protegida e longe das questões que demandassem um pouco mais de “inteligência”. E, assim, aquela mulher que já havia chegado tão longe “se via obrigada” a desistir de sonhos mais ambiciosos, por medo de um futuro incerto – sensação com a qual ainda não estava tão familiarizada. Aquela mulher indo à luta, deveria se desvencilhar de vez das atribuições típicas femininas, até então: casamento, lar, filhos. No início não havia meio termo. Friedan relata que, em sua época, não conheceu uma única mulher que militasse nas duas frentes.

Nasce então, a crise de identidade na mulher, que Friedan batizou de o *problema sem nome*. O pavor de não saber o que esperar, motivou muitas ao retrocesso. Para nossa feminista, nasce neste momento a *nova mística feminina*, onde o maior desejo seria o de “descobrir a vida da mente, procurar a verdade e encontrar seu lugar no mundo” (Ibid., p.56). Tudo muito recente, muito novo, muito obscuro. Várias capitularam, justamente pelo pavor do desconhecido.

A ativista feminista pontua que nós estávamos, aos poucos, descobrindo essa crise de identidade e nos familiarizando a ela, para tentar nos desvencilhar desse pavor do insondável. Há muitas décadas estamos caminhando nesse sentido. A dificuldade parece estar na (ainda) maneira de como nos deixamos ser levadas pelas mãos do outro. O medo ainda persiste. E, segundo Friedan, enquanto não nos atirarmos a esse desconhecido, não iremos conhecer a nossa nova imagem. Estaremos fadadas ao velho clichê “a anatomia é o destino da mulher [...]. A personalidade feminina é determinada por sua condição biológica” (Ibid., p.59). Segundo Friedan, o destino da mulher é afastar-se da imaturidade, que seria a plenitude da nossa “feminilidade” como ser humano completo.

Desde que decidimos enfrentar a vida além muros, muitas batalhas foram travadas. Afinal, estávamos indo contra todas as “leis da natureza”, segundo as quais não temos a menor queda para grandes resoluções, nem mesmo àquelas que dizem respeito a nós mesmas. Nossa ativista batizou essa saga feminina de *A vibrante jornada*.

Para Betty Friedan havia um, vamos chamar de *mito* da natureza feminina. Natureza esta, que estávamos negando ao insistirmos em sair e viver nossas vidas como nós mesmas quiséssemos determinar. Afinal, apenas seríamos totalmente completas, não negando “[...] a própria natureza feminina, que só encontra a sua realização da passividade sexual, da aceitação do domínio masculino e da maternidade” (Ibid., 59). Surge assim, o problema de identidade do feminino. Estábamos num limbo completo. Relegadas à nossa própria sorte. Negar-se um

bibelô, que enfeita a casa e a vida do outro, era uma atitude muito séria. As feministas de então, foram rechaçadas e se tornaram motivo de chacota das mais variadas espécies. Por estes e tantos outros motivos, as mulheres que decidiram por trilhar estes árduos caminhos foram verdadeiras heroínas. E, como bem pontua Friedan, aquelas primeiras rebeldes precisaram primeiramente se firmar como sujeitos pensantes, para posteriormente lutar pela tão sonhada igualdade.

Para nós era negada a condição de ser pensante, afirma Friedan. Mais: ainda não sabíamos como nos comportar diante da vastidão de um mundo que nos foi negado desde há muito tempo. Sabíamos o que queríamos. Entretanto, ainda não tínhamos a menor ideia de como conquistar os espaços, preenchendo-os através de nossas capacidades intelectuais e físicas, também.

Não sabíamos quais perguntas nos fazer. E assim, as respostas nos eram verdadeiras incógnitas. Mas Betty Friedan ousou perguntar

Mesmo que o homem a amasse como a uma criança, uma boneca, um objeto, que lhe desse rubis, cetins, veludos, que a agasalhasse em sua casa e a protegesse como aos filhos, não ansiaria a mulher por algo mais? Era naquela época de tal modo considerada um objeto, jamais uma pessoa, que nem sequer se esperava que encontrasse prazer no ato sexual. ‘Ele a possuiu..., ele a gozou’, dizia-se. Será difícil compreender que a emancipação, o direito a ser totalmente humana fosse tão importante para várias gerações de mulheres que algumas chegassem a lutar com os próprios punhos, fossem encarceradas, ou até morressem pela causa? E que pelo direito de evoluir humanamente algumas tenham renegado seu sexo e o desejo de amar, ser amada e ter filhos? (Ibid., p.60)

Percebe-se o paradoxo no qual a mulher naqueles tempos se encontrava? Ficar em casa, por amor aos filhos, marido e por não ter forças suficientes para lutar contra o desconhecido, as amargurava. Em contrapartida, sair e enfrentar de peito aberto tudo o que viesse, fosse o que fosse, as atemorizava profundamente.

A sordidez histórica compunha a feminista como uma não-mulher. E, se reportando a Freud, Friedan destaca que o nosso desdém seria o de não possuir um pênis. Ou seja, éramos *o castrado*, um ser incompleto. Não havia a sensibilidade, então, de que tudo o que uma mulher desejava era ser respeitada no seu direito de poder decidir e resolver seus próprios dilemas.

O cerne de toda essa questão, para nossa ativista, estaria sedimentado em uma única e verdadeira percepção: nós mulheres somos humanas. O que nos iguala ao outro, o homem, é justamente a nossa humanidade.

Por muito tempo estivemos convictas a acreditar que éramos de segunda classe, meros títeres. Essa crença era (e ainda o é) propalada em discursos que se revestem de verdades universais. Certamente o jogo parresiástico foucaultiano parece não ter sido configurado nessa

relação, porque, uma vez percebida a retórica utilizada – e essa percepção data de há muito, o castelo de cartas se desfez à primeira lufada dos ventos da liberdade. A construção dessa essência da feminilidade, ou essa ideia que “[...] impõe-se de fora a toda mulher, precisamente porque se define artificialmente pelos costumes e pelas modas” (BEAUVIOR, 2009, p.882), ou ainda, esse “mito da natureza feminina”, destacado por Friedan, tão arraigado em nós, começa a ruir. Começamos a perceber que ser mulher, não significa submissão ou aquiescer a normas estabelecidas pelo outro. Homens e mulheres são seres iguais, conforme Beauvoir descreve

Vimos que é possível escapar às tentações do sadismo e do masoquismo quando os dois parceiros se reconhecem mutuamente como semelhantes; havendo no homem e na mulher um pouco de modéstia e alguma generosidade, as ideias de vitória e de derrota ficam abolidas: o ato de amor torna-se uma livre troca (*Ibid.*, p. 892).

Conforme Nísia Floresta bem observou

Todas as indagações da anatomia não têm ainda podido descobrir a menor diferença nesta parte entre os homens e as mulheres: nosso cérebro é perfeitamente semelhante ao deles; nós recebemos as impressões dos sentidos como eles; formamos e conservamos as ideias pela imaginação e memória, da mesma maneira que eles; temos os mesmos órgãos e os aplicamos aos mesmos usos que eles; ouvimos pelos ouvidos, vemos pelos olhos e gostamos do prazer também como eles (FLORESTA, 2010, p.91).

Pensar em igualdade, seja de direitos, de condições sociais ou profissionais, não se restringe meramente ao discurso. Hannah Arendt afirma que “agir, em seu sentido mais geral, significa tomar iniciativa, iniciar” (ARENDT, 2015, p.219). Assim, parafraseando Tiago, no Novo Testamento, podemos transcrever o conceito arendtiano, afirmando que falar e não tomar uma atitude em prol da defesa de suas palavras, é fazer de seu discurso algo morto em si mesmo. A Filósofa alemã, traduz esse conceito em sua acepção mais pura como sendo um “[...] começar, conduzir e finalmente, governar, imprimir movimento a alguma coisa” (ARENDT, mesma página).

Ao constar a estagnação em que nós, mulheres, vivíamos, Betty Friedan cita o Reverendo Theodore Parker que, em 1853, declarou “Obrigá-la metade da raça humana a esgotar suas energias unicamente nas funções de governanta, esposa e mãe é um monstruoso desperdício do mais precioso material criado por Deus” (FRIEDAN, 1971, p.63). Aos moldes de uma Simone de Beauvoir, aquele homem constatou que a “outra metade” da humanidade não é masculina.

Em suma, muitas crenças conseguiram construir nossas “verdades”. Resta-nos dar continuidade ao que foi iniciado por aquelas mulheres corajosas que, para muito além de seus discursos, tomaram as rédeas de suas vidas e agiram.

Nietzsche, quando pergunta se “a linguagem é a expressão adequada de todas as realidades?”, nos dá a resposta: temos apenas metáforas.

5. (in)CONCLUSÃO

Direitos é vocábulo sem vibração para quem se criou depois de sua conquista.

Betty Friedan

Sexo frágil não foge à luta. E nem só de cama vive a mulher.

Rita Lee

O fato de ser um humano é infinitamente mais importante do que todas as singularidades que distinguem os seres humanos.

Simone de Beauvoir

Ao que tudo indica, parece não ter havido um momento específico, nesta jornada empreendida por nós, homens e mulheres, nem tampouco houve um fato, de relevância, que nos colocasse “em lados opostos”.

Mesmo naquele momento em que o homem começa a caçar grandes animais, como salientou Rose Marie Muraro, e ali demonstra que sua força física é de crucial importância, ainda assim, ambos precisaram “um” da “outra”, para que o grupo pudesse sobreviver com certa segurança.

Num primeiro momento, a biologia nos pareceu uma explicação plausível. Entretanto, conforme nossas fontes eram pesquisadas, percebíamos que o fator biológico era mais uma artimanha utilizada, do que propriamente uma evidência, digamos, científica. Assim, tentar compreender como essas “verdades” foram erigidas e se mantêm, até o presente, ainda muito arraigadas, não é uma empreitada das mais simples.

O porquê da nossa “aceitação” não parece ter uma motivação explícita – isto, se considerarmos que, simplesmente, resolvemos aceitar esses discursos como verdadeiros. Assentimos com as convicções que o outro nos apresentou ou foi uma escolha “razoável” que fizemos?

Tornamo-nos o sexo frágil e nossa docilidade ainda é avaliada como uma marca característica da personalidade e da “essência da feminilidade”.

Segundo Nicola Abbagnano, “Aristóteles julga que a crença não é eliminável da opinião: Não é possível, [...], que quem tenha uma opinião não creia no que pensa” (*Ibid.*, p. 218). Que haja uma presunção, da parte dos homens, de que uma mulher deva se submeter a

seus caprichos ou que nós não sejamos capazes de nos governar, podemos compreender, analisando essa afirmação aristotélica.

Quando Immanuel Kant diz que “considerar algo verdadeiro, tem princípios objetivos, que exigem causas subjetivas”, ele nos faz pensar sobre tais causas. A subjetividade, como explica Abbagnano, em J. E. Lossius, é “[...] uma representação da relação entre as coisas e nós, ou seja, uma relação com quem as pensa” (*Ibid.*, p.922). O dicionarista ainda pontua, que se trata de um “Termo moderno que designa a doutrina que reduz a realidade ou os valores a estados ou atos do sujeito (universal ou individual)” (*Ibid.*). Assim, essa subjetividade, caracteriza aquilo que está restrito a preferências individuais e muitas vezes de um coletivo, que participa de comum acordo.

O que queremos apresentar, tem a ver com a questão kantiana da convicção, respaldada por aqueles dotados de razão. E ainda, no esteio de Michael Foucault, fazer uma indicação de que, talvez, o poder exercido, não pela força, mas pelo discurso, tenha alicerçado as bases para a construção dessa verdade.

Entretanto, tal discurso, apesar de nos causar um silêncio momentâneo, não nos tolheu a razão. E assim, surge mais uma minoria que, segundo o professor da UFRJ, Muniz Sodré (2005, p. 11), “é uma recusa de consentimento, é uma voz de dissenso em busca de uma abertura contra-hegemônica no círculo fechado das determinações societárias”³.

Sim, nós estamos em pé igualdade numérica com a outra metade de seres humanos existentes no planeta, como bem pontuou Simone de Beauvoir. Porém, somos mais um que se recusa a assentir com a ordem estabelecida pela hegemonia machista.

Percebe-se que, há muito pouco, essa voz sufocada começou a reverberar. Podemos tentar pensar que não foi a natureza ou um deus ou uma condição biológica que tratou de nos submeter diante do outro. Afinal, como crê Boétie, “homens são o que a educação faz de cada um” (BOÉTIE, 2006, p.25). Entenda-se homens enquanto seres humanos, como somos todos e todas. E Simone de Beauvoir afirma que a fisiologia não explicará jamais essa rivalidade.

A maneira como somos educados, homens e mulheres, certamente influenciará em demasia nossas posições um diante do outro. Porém, como conclui Étienne de La Boétie, a liberdade é algo que está latente em todo e qualquer ser humano. E, mesmo que a educação recebida trate de criar costumes – forçados pelo hábito – essa mesma natureza que nos fez almas livres, não nos deixou caladas por muito tempo.

³ SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005, p. 11.

Essa dissonância entre vozes que insistem em ditar normas e regras e aquelas que resolveram não emudecer trouxe muitos conflitos, principalmente do “quem somos nós?”, como bem nos mostrou Betty Friedan. Ficamos no limbo, pois queríamos (e temos esse direito) cuidar de nossos lares, filhos e maridos. Entretanto, queríamos “invadir” outros espaços, vivenciar outras situações, mostrar que éramos capazes de pensar por nós mesmas. Porém, por medo do desconhecido, alguns retrocessos foram experimentados à custa de muita dor, certamente. Não foi por covardia, porque, segundo Beauvoir, a educação projetada para as meninas determinava uma série de eventos preestabelecidos, que nos fazia quase que “tocar” em nosso futuro. E, para os meninos, esse futuro sempre foi uma incógnita a ser desvendada por eles próprios. Ou seja, desde a infância eles aprenderam a ser desbravadores e o medo era algo a ser enfrentado e superado. Meninos e meninas tornam-se.

Certamente a força física masculina muito influiu para nos manter “quietas” com nossos sonhos e quimeras. Porém, como bem pudemos perceber, pessoas são aquilo que moldamos nelas, quando de sua educação. E esta assertiva foi constatada por muitos aqui citados. Assim, podemos afirmar que o poder não se exerce somente pela força. Se a sujeição nos foi imposta ou se a aceitamos, de alguma forma o discurso quase foi perfeito. E nos fez nele crer, por algum tempo, porém, sempre com várias ressalvas de nossa parte. Porque alguma coisa nunca se encaixava. Algo em nós apontava para um outro panorama.

Nietzsche, afirmando que “Acreditamos saber algo acerca das próprias coisas, quando falamos de árvores, cores, neve e flores, mas, com isso, nada possuímos senão metáforas das coisas, que não correspondem, em absoluto, às essencialidades originais” (NIETZSCHE, 2007, p.33), demonstra de maneira perspicaz e arguta, o quanto essas construções discursivas sequer tocaram no recôndito de uma mulher. Se há uma essência da feminilidade, esta não foi (ainda) desnovelada.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 7^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BOÉTIE, Étienne de La. *Discurso sobre a servidão voluntária*. 4^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CAYGILL, Howard. *Dicionário Kant*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- FLORESTA, Nísia. *Direito das mulheres e injustiças dos homens*. In: DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2010, p.81-107.
- FOUCAULT, Michel. *A coragem da verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- _____. *Microfísica do poder*. 28^a ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.
- FRIEDAN, Betty. *A mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. 5^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *O martelo das feiticeiras*. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, 2015, p.23-102.
- MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.
- NIETZSCHE, Friedriech. *Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral*. São Paulo. Hedra. 2007.
- SODRÉ, Muniz. *Por um conceito de minoria*. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (org.). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005.